

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA**

Avenida Princesa Isabel, 201 - Bairro Centro - CEP 58020-911 - João Pessoa - PB - <http://www.tre-pb.jus.br>

**PROCESSO:** 0003410-33.2022.6.15.8000

**INTERESSADO:** SEÇÃO DE SEGURANÇA CIBERNÉTICA, COORDENADORIA DE APOIO À GOVERNANÇA, GESTÃO DE TIC E SEGURANÇA CIBERNÉTICA, SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

**Parecer nº 230/2022 - ASJUR**

Trata-se de processo administrativo autuado com vista à contratação, antecedida de licitação, na modalidade pregão eletrônico, com utilização do Sistema de Registro de Preços, de solução unificada de auditoria de segurança no Active Directory, com armazenamento e gerenciamento em Local (On Premise), compreendendo aquisição de serviços de software e suporte técnico, para atender às necessidades do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba e demais órgãos partícipes, conforme as especificações do Termo de Referência - Serviços nº 04/2022 - TRE-PB/PTRE/DG/STIC/COGSC/SESEC (1293520).

Documento de formalização da demanda (1223063), aprovado pelo Secretário de Administração e Orçamento (1226196).

**Acerca da legislação de regência**, assevera a Secretaria de Administração e Orçamento (1226196), *in verbis*:

[...]

Por fim, cumpre ressaltar, que apesar da Lei n.14.133/2021 (Nova Lei de licitações e contratos) ter entrado em vigência na data de sua publicação, dia 1 de abril de 2021 sem período de vacância, o legislador estabeleceu um período de 02 anos de convivência da nova Lei com a Lei 8.666/93 e Lei nº 10.520/2002, permitindo-se assim que a administração vá adotando paulatinamente o regime novo sem se obrigar a abandonar de vez o antigo, dentro desse prazo.

Assim, esta Secretaria baseará esta contratação da Lei 8.666/93.

*"Art. 191 - Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art.193, a administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, e a opção escolhida deverá ser indicada expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta, vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no referido inciso".*

[...]

Estudos preliminares nº 06/2022 - SESEC (1254792), devidamente assinado pela equipe de planejamento e aprovado pelo Coordenador de Apoio à Governança, Gestão de TIC e Segurança Cibernética (1283166).

Análise de riscos (1249768).

Termo de Referência - Serviços nº 04/2022-TRE-PB/PTRE/DG/STIC/COGSC/SESEC (1293520), devidamente assinado pela equipe de

planejamento, pelo Coordenador de Apoio à Governança, Gestão de TIC e Segurança Cibernética e pelo Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Juntada de pesquisa de preço efetuada pela Seção de Compras (1304867, 1304883 e 1304891), na qual obteve-se os valores apresentados no **mapa de preços nº 32/2022, com valor médio global de R\$ 20.721.669,07 e menor de R\$ 18.392.330,00 (planilha pesquisa)**, observando-se o quantitativo total registrado para a contratação (1304867). Ademais, informa-se que o valor médio global estimado para este Regional foi de **R\$ 1.062.290,93 e o menor de R\$ 945.529,00**. A Seção de Compras sugeriu a utilização do menor valor cotado como parâmetro para a licitação. Após ouvida unidade demandante (1320184), o Secretário de Administração e Orçamento ratificou o entendimento (1320843).

Deliberação da Presidência deste Regional autorizando o prosseguimento do feito (1321339), nos termos da [Instrução Normativa nº 01/2018-PTRE/PB](#).

Juntada de ato de nomeação da Comissão Permanente de Licitação nº 91/2022-TRE-PB/PTRE/ASPRE, publicada no Boletim Administrativo Eletrônico em 04/04/2022 (1323269).

Minuta do edital de Pregão Eletrônico nº 26/2022, com seus anexos (1329353).

Encaminhamento dos autos a ASJUR para emissão de parecer (1330612).

### **Passa-se a opinar.**

*Ab initio*, reitera-se que a análise feita por esta Assessoria é estritamente jurídica, de sorte a verificar se o edital, bem como os seus anexos, estão em conformidade com os ditames legais e as orientações jurisprudenciais, ressalvado os aspectos contábeis, meritórios e técnicos, além das valorações fundadas em juízo administrativo discricionário.

Após análise dos elementos carreados aos autos, constata-se que as normas que regem a fase preparatória da referida licitação foram devidamente observadas:

- 1- Autorização da autoridade competente permitindo o início do procedimento licitatório (1321339) (art. 38, *caput* da Lei nº 8.666/1993, art. 8º, V, do Decreto nº 10.024/2019, e art. 34, § 1º da [Instrução Normativa nº 01/2018-PTRE/PB](#));
- 2- Existência da justificativa da necessidade da contratação, motivando o ato com a indicação dos elementos técnicos fundamentais que o apoiam (1293520 e 1254792) (art. 3º, I, da Lei 10.520/2002, art. 21, I, do Decreto nº 3.555/2000, e art. 14, I e II, do Decreto nº 10.024/2019);
- 3- O estudo técnico preliminar foi aprovado pelo Coordenador de Apoio à Governança, Gestão de TIC e Segurança Cibernética, consoante estipula o artigo 14, II, do Decreto nº 10.024/2019 (1283166);
- 4- **Termo de Referência** dispôs sobre o objeto e suas especificações, a justificativa da contratação, a composição do lote, os quantitativos a serem registrados, a habilitação e qualificação do fornecedor, as penalidades, as obrigações da contratada e do contratante, a adjudicação do objeto e a logística reversa (1293520) (art. 21, II, do Decreto nº 3.555/2000 e art. 3º, XI, do Decreto nº 10.024/2019);
- 5- Indicação do objeto da licitação foi precisa e clara, **não restringindo** (com especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias) **a participação de competidores** (1293520) (art. 3º, II da Lei 10.520/2002);

6- Autoridade competente designou, dentre os servidores da entidade promotora da licitação, o pregoeiro e a respectiva equipe de apoio (1323269) (art. 3º, IV da Lei 10.520/2002, artigos 8º, III, "d", e 21, VI, do Decreto nº 3.555/2000, e art. 16, Decreto nº 10.024/2019);

7- Equipe de apoio é formada por servidores ocupantes de cargo efetivo na entidade promotora da licitação (art. 3º, §1º da Lei 10.520/2002, art. 10 do Decreto nº 3.555/2000, e art. 16, II, do Decreto nº 10.024/2019);

8- Efetuada ampla pesquisa de mercado, obteve-se **o menor valor total do grupo a ser registrado de R\$ 18.392.330,00** (dezoito milhões, trezentos e noventa e dois mil trezentos e trinta reais), sendo o sugerido como parâmetro para a licitação (1304891 e 1329785) (artigo 15 do Decreto nº 10.024/2019 e artigo 15, § 1º, da Lei 8.666/93);

9- Autos instruídos com a minuta do Edital do Pregão Eletrônico nº 26/2022, com seus anexos (I - Termo de Referência, II - Especificações e Quantitativos, III - Minuta da Ata de Registro de Preços (ARP), IV - Minuta do Contrato, V - Modelo de declaração de cumprimento do disposto no art. 3º da Resolução nº 07/CNJ e VI - Modelo de declaração de cumprimento ao disposto no art. 4º da Resolução nº 156/2012 do CNJ (1329353);

10- A minuta do edital (1329353) estabeleceu as condições de participação, a forma de credenciamento e de representação, a forma do envio das propostas, as exigências de habilitação, as regras da sessão do pregão, o pedido de esclarecimento e da impugnação, o julgamento da proposta, os recursos administrativos, o registro de preços, as disposições acerca da ata de registro de preços, do empenho e do contrato, as obrigações do licitante vencedor, as sanções administrativas, a dotação e as disposições gerais (artigo 3º, I, da Lei 10.520/2002 e artigo 14, III, do Decreto nº 10.024/2019);

11- O preâmbulo do edital contém:

- O número de ordem em série anual, o nome do TRE-PB, a modalidade de licitação e o objetivo de proceder a contratação, eventual e futura, de solução unificada de auditoria de segurança no Active Directory, compreendendo aquisição de serviços de software e suporte técnico, para atender às necessidades do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba e demais órgãos partícipes, sob a forma de **Sistema de Registro de Preços**, conforme as especificações do termo de referência pertinente;

- O tipo da licitação: **menor preço total do grupo, no modo de disputa aberto** (artigo 8º, inciso V, do Decreto 3.555/2000);

- Referência à legislação aplicável: Lei nº 10.520, de 17/07/2002, regulamentada pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000 (alterado pelos Decretos nº 3.693, de 20/12/2000, e nº 3.784, de 06/04/2001), o Decreto nº 10.024, de 20/09/2019, Decreto nº 7.892, de 23/01/2013

(alterado pelos Decretos nº 8.250, de 23/05/2014 e nº 9.488, de 30/08/2018), a Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006 (alterada pela Lei Complementar nº 147 de 07/08/2014), regulamentada pelo Decreto 8.538, de 06/10/2015, da Lei nº 12.305, de 02/08/2010, regulamentada pelo Decreto nº 7.404, de 23/12/2010, pela Instrução Normativa nº 05 – MPDG, de 26/05/2017, pela Resolução CNJ nº 270, de 11/12/2018, e, subsidiariamente, da Lei nº 8.666, de 21/06/93;

12- A minuta do edital prevê a possibilidade de qualquer pessoa impugná-lo no **prazo de até 03 (três) dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública (1329353) (artigo 12 do Decreto nº 3.555/2000 e artigo 24 do Decreto nº 10.024/2019);

13- A minuta da ata de registro de preços estabelece o objeto, a forma de assinatura da ata, os 22 (vinte e dois) órgãos integrantes, a utilização pelo órgão não participante, as obrigações do órgão gerenciador, as obrigações do fornecedor, as obrigações do órgão não participante, a vigência, o fornecedor e os preços registrados, as condições de pagamento, a condição específica, a publicidade, as alterações, o cancelamento do registro do fornecedor, as penalidades e o cancelamento do registro, a documentação, demais condições e o foro (1329353);

Analisando o procedimento de planejamento da contratação, verifica-se que foram observados os disciplinamentos trazidos pela [Instrução Normativa nº 01/2018-PTRE/PB](#), posto constarem nos autos os Estudos Preliminares (1254792), a Gestão de Riscos (1249768) e o Termo de Referência (1293520) assinados pela equipe de planejamento.

Constata-se a aprovação dos Estudos Preliminares (1283166), conforme determina o [artigo 14, inciso II, do Decreto nº 10.024/2019](#).

O Termo de Referência - Serviços nº 04/2022-TRE-PB/PTRE/DG/STIC/COGSC/SESEC (1293520), devidamente assinado pela equipe de planejamento, pelo Coordenador de Apoio à Governança, Gestão de TIC e Segurança Cibernética e pelo Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação, nos termos da [Instrução Normativa nº 01/2018-PTRE/PB](#).

Diante dos valores pesquisados para esta contratação, o pregão eletrônico sob análise, nos termos do [artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006](#), **não** será exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte.

Tratando-se de sistema de registro de preço, não é necessário realizar a prévia reserva orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, conforme preceitua o artigo 7º, § 2º, do Decreto nº 7.892/2013, e como pontuado pelo Ordenador de Despesas (1320843).

Quanto à adesão à ARP por órgão não participante do registro, entende-se justificada pelo ordenador de despesa (1329785) a sua possibilidade neste processo.

Relativamente à inserção da Intenção de Registro de Preços, nos termos do artigo 4º do Decreto nº 7.892/2013, consta nos autos justificativa (Informação 18 (1323274)) acerca da sua não disponibilização, conforme previsão no § 1º do mencionado artigo.

Verifica-se que o critério de julgamento será o menor preço, sendo considerada mais vantajosa para a Administração e, consequentemente,

classificada em primeiro lugar, a proposta que, satisfazendo a todas as exigências e condições do edital, apresente o menor preço total do grupo (1321339 e 1329353).

**Ante o exposto, opina-se pela legalidade** da fase interna do procedimento licitatório em apreço, **bem como pela aprovação** da minuta do edital com seus anexos, por se coadunarem às disposições da Lei nº 10.520/2002, regulamentada pelos Decretos nº 3.555/2000 e nº 10.024/2019, do Decreto nº 7.892/2013, da Lei Complementar nº 123/2006, atualizada e regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015, alterado pelo Decreto nº 10.273/2020, da Lei nº 12.305, de 02/08/2010, regulamentada pelo Decreto nº 7.404/2010, da Instrução Normativa n.º 05 – MPDG/2017, da Resolução CNJ nº 270/2018, e, subsidiariamente, da Lei n.º 8.666/1993.

À apreciação.

**ERIKA CAMAROTTI DE LIMA**  
**ANALISTA JUDICIÁRIO**



Documento assinado eletronicamente por ERIKA CAMAROTTI DE LIMA em 17/08/2022, às 13:35, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

**ANA YEDDA VASCONCELOS RIBEIRO COUTINHO**  
**ASSESSOR(A) JURÍDICO(A) DA DIRETORIA-GERAL**



Documento assinado eletronicamente por ANA YEDDA VASCONCELOS RIBEIRO COUTINHO em 17/08/2022, às 13:37, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1332886** e o código CRC **7F6B4A0F**.